

Aconteceu

Prostituição de meninas na Amazônia



Ainda adolescente, já no mundo da prostituição

Uma série de reportagens, assinada por Gilberto Dimenstein, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* de 6 a 12 deste mês, traz a público mais uma faceta da nossa sociedade: tráfico, aprisionamento e prostituição de menores na Amazônia Legal. Meninas que se prostituem a partir dos 9 anos, envolvimento com o

tráfico de drogas, comércio de seres humanos, é o retrato de um Brasil sem leis, que se reproduz com o envolvimento das autoridades locais.

Subdesenvolvimento, impunidade, machismo, triste caminho de um país que cada vez mais se envergonha de si mesmo. (Veja comentário à página 13)

Cresce cristianismo no Leste europeu
(página 8)

Indústria automobilística diminui a produção
(página 12)

Novo conflito com mortes na Área Yanomami
(página 10)

As teses brasileiras para a Rio-92
(página 5)

Universidades e empresas se unem na pesquisa

Foi constituído formalmente no último dia 14, o Fórum Permanente das Relações Universidade/Empresa (Uniepm) com uma assembléia que contou com representantes de 17 universidades brasileiras e de empresários ligados a mais de 40 empresas, trinta das quais assinaram a ata de fundação da entidade.

O instituto, que começou a ser idealizado em março de 91 pela Coopersucar, Gerdau, Metal Leve, Rhodia e Siemens, do lado empresarial e, no âmbito das instituições acadêmicas, pela Unicamp, Escola

Paulista de Medicina, Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) e universidades federais de São Carlos e Santa Catarina, terá como função básica promover a articulação entre os grupos de pesquisa das universidades e as empresas, inclusive pequenas e médias, para a concretização de projetos de desenvolvimento tecnológico.

Seu capital é de US\$ 300 mil para esse primeiro ano de funcionamento, constituído por meio de cotas de US\$ 10 mil, obtidas junto às 30 empresas mantenedoras. Segun-

do o presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, Edson Vaz Musa, também presidente da Rhodia, investimentos anuais em torno dos US\$ 300 milhões, ou seja 0,06% do Produto Interno Bruto (PIB), que é o que o setor privado em seu conjunto canaliza para ciência e tecnologia: "inviabilizam qualquer tentativa séria de um projeto de desenvolvimento para o país". Entre os países industrializados esses investimentos estão quase sempre acima de 1% e chegam, no Japão, a 2,33% do PIB. (*Gazeta Mercantil*, 14/2/92)

Governo lança programa de incentivo às exportações

O presidente Collor lança nesta segunda quinzena de fevereiro um programa de incentivo ao comércio exterior que tentará garantir um aumento de 7% a 10% nas exportações deste ano, além de facilitar a importação de bens visando a modernização do parque industrial brasileiro. Com isso o governo tenta atacar em duas frentes: forçar uma baixa de preços no mercado interno, via competição com produtos importados, e, por outro lado garantir arrecadação em dólares que permita saldar os compromissos assumidos com a dívida externa.

A principal medida é uma mudança no Programa de Financiamento de Exportações (Proex), que deve levar a um aumento nas vendas de produtos manufaturados de US\$ 2,5 bilhões no ano passado, para cerca de US\$ 6 bilhões este ano. Os incentivos aos exportadores serão originados a partir de um novo título lançado pelo governo, que terá correção cambial e será resgatado no mesmo prazo de duração do financiamento da operação de exportação. Com isso ficarão garantidos recursos praticamente ilimitados para ajudar os exportado-

res. Essas medidas, bem como a redução de alíquotas para importação, cumprem os objetivos traçados na carta de intenções enviada e aceita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sinalizando para um aprofundamento ainda maior da internacionalização da economia brasileira. Como aliás reafirmou o ministro da Economia, Marcellio Moreira: "Com o programa, o país se insere de maneira mais firme na economia internacional". O retrospecto histórico mostra claramente que a desvantagem continua com o Brasil. (*CEDJ, Jornal do Brasil*, 18/2/92)

EUA controlam aplicação de 2.300 genes

O Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos registrou patente para aplicação de 2300 genes humanos, num complemento de sua controversa tentativa para controlar a exploração comercial da pesquisa genética. Essa decisão, que será anexada ao arquivo de patentes feito pelo Instituto no último verão, significa que o governo norte-americano é agora detentor de direitos sobre cerca de 5% dos ge-

nes descobertos no corpo humano. A atitude foi criticada por muitos cientistas, que consideram a política governamental um abuso em relação ao sistema de patentes e um entrave ao desenvolvimento de novas terapias genéticas.

No caso do homem, calcula-se que existam 50 mil genes (há cientistas que falam em 100 mil), mas apenas 3% do genoma são de genes com função definida. No caso dos

2,3 mil registrados pelo Instituto suas funções ainda não foram definidas, o que alimenta ainda mais a polêmica em torno da proteção concedida pelo patenteamento. O diretor da entidade, Bernardine Healy, disse que o arquivo de patentes era apenas uma medida defensiva para preservar a opção legal do governo, enquanto decide-se em relação ao interesse real da ciência. (*Jornal do Brasil*, 14/2/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Sérgio Haddad ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Ellie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Anivaldo Padilha (Internacional), Magali do N. Cunha (Igrejas), Antonio Luigi Negro (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Luis Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Editoração Eletrônica:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ★ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ★ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 7.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 4.000,00
Assinatura Exterior: US\$ 50

Jânio Quadros * 1917 — 1992

Morre o maestro do caos

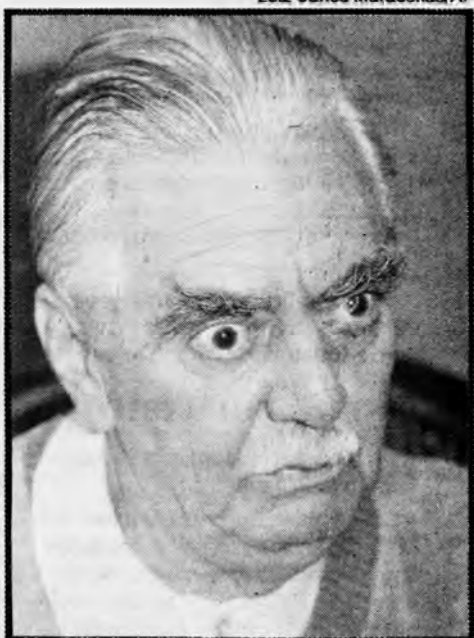
O ex-presidente Jânio da Silva Quadros morreu, em 16/2/92, às 22h31, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. O corpo, após velório na Assembleia Legislativa, foi enterrado no Cemitério da Paz. Seu estado de saúde já era muito grave, Jânio sobrevivia apenas com o auxílio de aparelhos. Aos 75 anos, desapareceu o dono de uma das carreiras políticas mais impressionantes do País.

Nos últimos 40 anos, Jânio Quadros governou uma cidade, um estado, um país, de novo uma cidade e, no fim de tudo, a própria vida sempre com o mesmo estilo - manipulando a habilidade ímpar de instalar o caos à sua volta para ser o único a ter o mapa que reconduz à ordem. A solução de todos os enigmas que construiu ao longo de sua existência, entre eles o mais insondável da história política do Brasil - a sua renúncia -, estará enterrada junto com ele.

Lacuna - Na avaliação histórica, chega a causar espanto a constatação de que uma personagem da importância de Jânio Quadros não mereceu, até muito pouco tempo atrás, mais do que alguns capítulos esparsos em teses acadêmicas. Seja pela complexidade de sua trajetória, seja pela moldura de preconceitos que a academia costuma vestir nas lideranças políticas que fogem aos figurinos das utopias teóricas, o fato é que o descaso deixou uma lacuna imensa a preencher no estudo da história. Apenas em abril passado, incorporou-se às bibliotecas da USP uma tese inteira sobre ele. Produzida por Vera Lúcia Chaia, a tese estuda o comportamento de Jânio ao longo de seus mandatos e procura estabelecer relações entre sua sobrevivência política e a imutabilidade do quadro social do País ao longo da segunda metade deste século.

"Isso é surpreendente", analisa o cientista político Bolívar Lamounier, inclinado a acreditar que a universidade procura um meio de rejeitar o populismo esquivando-se de analisar os populistas. "Assim como Jânio deixou um passivo com a população ao jogar fora a chance de um mandato reformador sem dar maiores explicações, a academia acumulou uma dívida com a sociedade", entende o cientista político, ele próprio um dos poucos autores a investigar o comportamento político de Jânio Quadros, num traba-

Luiz Carlos Murauskas/AF



lho com Maria Tereza Sadek sobre as eleições de 1985, em São Paulo.

No livro *O governo Jânio Quadros*, a cientista política Maria Victória Benevides focaliza o comportamento antipartidário de Jânio, seu moralismo e a visão maniqueísta que teriam equilibrado sua vassoura e seus votos. Nesse estudo, não há nenhuma palavra sobre o lado psicológico do homem Jânio Quadros, que outros estudiosos admitem como essencial para compreender as atitudes do político. "Jânio nunca ofereceu razões convincentes para a renúncia porque talvez não as tivesse", diz o sociólogo Leônicio Martins Rodrigues.

Macrodiscurso - O cientista político Hélio Jaguaribe, que em 1961, no calor provocado pela renúncia, produziu um artigo que sintetiza a visão média dos historiadores sobre o episódio, chega praticamente à mesma conclusão, avaliando, porém, apenas um ângulo estritamente técnico da figura de Jânio. "No curto exercício da Presidência, ele revelou pos-

uir grande intervalo entre a capacidade de produzir propostas coerentes e o poder de realizá-las", entende Jaguaribe. "Foi homem de macrodiscurso e microadministração", conclui o estudioso. Em 1961, Jaguaribe enfatizou que setores sociais incompatíveis entre si acreditavam em Jânio, por motivos diferentes, e todos se enganaram - o que demonstraria a capacidade do político de iludir a todos ao mesmo tempo. Os descamisados esperavam profundas reformas sociais, a classe média punha fé na redenção moral de um país infiltrado pela corrupção e as elites tinham certeza de que não havia sinceridade nesses discursos de Jânio e que tudo não passava de uma pregação manipulatória. Pelo que ficou da história, todos tinham razão, mas uma razão parcial.

Populismo - O pesquisador Francisco Weffort explorou no detalhe uma faceta de Jânio, no livro *O populismo na política brasileira*. Ele anotou que, ao contrário de seus antecessores, Jânio, "apesar do estilo carismático de liderança", trabalhou a aspiração popular de um Estado abstrato e impessoal - uma espécie de burocracia a serviço do cidadão. Visto com essas lentes, Jânio era, no início de sua escalada, um elemento modernizador dos hábitos políticos do País. "Daí", escreveu Weffort, "que o moralismo (...) tenha a intenção da limitação dos privilégios".

Há quem suponha que ele usava a régua da própria ambição para exercer o mandato e encaminhava apenas o seu projeto político juntando munição na forma de votos. "Jânio foi o primeiro a perceber a disponibilidade política de um eleitorado intocado", acredita Leônicio Martins Rodrigues. "Feio, caolho e um pouco Macunaíma, ele tinha o figurino e o discurso na medida para as massas exploradas e esquecidas". (Marcos Emílio Gomes/*O Estado de S. Paulo*, 17/2/92)

Economista do Bird sugere transferir a poluição para os pobres

Os argumentos sobre a lógica econômica da exportação das indústrias mais poluentes para os países em desenvolvimento, incluídos em um memorando interno do Banco Mundial, desencadearam um embaraçoso episódio de guerrilha burocrática na instituição e obrigou um de seus funcionários mais graduados, o economista-chefe Lawrence Summers, a dar explicações.

A controvérsia começou com um memorando de sete páginas, preparado por um assistente de Summers em dezembro de 91, resumindo os pontos levantados numa discussão com economistas do Bird sobre um relatório intitulado *Perspectivas Econômicas Globais*. O me-

morando afirma que, para o bem da prosperidade econômica global, o banco deveria encorajar a transferência de indústrias "suja" para os países em desenvolvimento. Qualifica, também, como "impecável" a lógica econômica que rege as exportações de lixo tóxico das partes industrializadas do mundo para as nações pobres.

Summers afirmou, em janeiro, num segundo memorando, que aplicou a lógica econômica pura à análise ambiental numa discussão de economistas e não como proposta política.

Sua explicação, contudo, intensificou as divisões internas em torno do Relatório sobre o Desenvol-

vimento Mundial, uma publicação anual do banco, que este ano será dedicado ao ambiente, como uma contribuição à Rio-92.

O secretário do Meio Ambiente José Lutzenberger enviou uma carta ao Banco Mundial contestando o memorando. Afirmou, ainda, que "os argumentos são perfeitamente lógicos, mas totalmente insanos".

O Bird emitiu nota explicando que os pontos de vista expressos no memorando "não representam a posição do Banco Mundial" e lamenta "o óbvio mal entendido e pede desculpas por qualquer incompreensão que possa ter gerado". (*O Estado de S. Paulo*, 5 e 7/2/92; *Jornal do Brasil*, 4 e 7/2/92)

Iniciada despoluição do rio Tietê

O programa de despoluição do Rio Tietê, orçado em US\$ 2,1 bilhões, foi lançado no final de janeiro com a assinatura de um consórcio entre a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) e a Logos Engenharia, empresa que vai gerenciar o projeto. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai financiar 55% dos recursos e o governo do estado o restante. A expectativa é reduzir a poluição à metade até 94.

O Tietê é um rio completamente morto na região metropolitana, com nível de oxigênio na água zero, situação que impede a existência de vida e o consumo pela população. A poluição está concentrada em 97 dos 1,1 mil km de extensão do Tietê. Os dejetos e resíduos industriais

chegam à Barra Bonita, a 290 quilômetros da capital.

Está previsto o tratamento de 80% da rede de esgotos domésticos e industriais da região metropolitana de São Paulo. Hoje apenas 64% do esgoto da cidade é coletado e, desse total, somente 12% é tratado. Serão construídos 2 mil quilômetros de rede de esgotos e 300 mil ligações domiciliares, além da ampliação e construção de quatro estações de tratamento.

As 1.200 indústrias cadastradas pelo governo estadual como responsáveis por 80% da poluição industrial do rio serão objeto de um programa paralelo que custará US\$ 500 milhões. (*Jornal do Brasil*, 31/1/92; *O Globo*, 8/2/92)

Piora qualidade de vida

A qualidade de vida caiu vertiginosamente nos últimos 20 anos e as reservas naturais tiveram drástica redução. A conclusão é de um amplo estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado este mês em Nairobi, no Quênia.

O estudo "O estado do meio ambiente 1972-1992: a salvação do nosso planeta" que será apresentado na Rio-92, aponta que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, responsável pelo efeito estufa, aumenta 0,5% por ano.

A temperatura média subiu cerca de 0,6 grau desde o início do século. Se não forem tomadas medidas drásticas a temperatura média aumentará 1,2 grau até o ano 2000.

A camada de ozônio - que protege a Terra dos raios ultra-violetas do sol - está diminuindo 0,26% por ano. O estudo salienta que 1% a menos de ozônio na atmosfera equivale a 50 mil novos casos de câncer de pele no mundo.

Assinala, também, que cerca de 6,5 milhões de toneladas de dejetos são lançados no mar e nos rios todos os anos. E mais: a cada ano sete milhões de hectares de terras cultiváveis são perdidos devido à erosão e à desertificação.

O Pnuma conclui recomendando aos países a ênfase no reflorestamento e a redução, pelos países ricos, do consumo de energia e de reservas naturais como o petróleo. (*O Globo*, 3/2/92)

Pará quer aplicar novas tecnologias nos garimpos

O secretário de Meio Ambiente do Pará, Nelson Ribeiro, defendeu um programa articulado entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e o Ibama para a implantação de equipamentos e difusão de novas tecnologias nas reservas garimpeiras. A modernização da atividade, segundo declarou, não é só de interesse ambiental e social mas também econômico pois elevaria a produtividade da extração do ouro.

Nelson Ribeiro anunciou que o governo do Pará participa de alguns estudos com o DNPM que deverão culminar com a retirada de todas as dragas existentes na região amazônica. Este, segundo ele, é um primeiro passo para a difusão de novas tecnologias menos nocivas ao meio ambiente como, por exemplo, um tipo de retorta herméticamente fechada que impede a contaminação do ambiente pelo mercúrio. (*Correio Braziliense*, 30/1/92)

Rio-92

Países do Pacto Amazônico exigem ajuda do Primeiro Mundo

Os oito países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru, Guiana, Suriname, Equador) assinaram um documento - a Carta de Manaus - exigindo que o Primeiro Mundo dê ajuda financeira às nações pobres para a preservação ambiental. A Carta responsabiliza os países ricos pela deterioração progressiva do planeta afirmando: "a solução dos problemas ambientais está intimamente ligada a uma nova atitude de cooperação internacional, que se traduza na expansão dos recursos financeiros, no maior acesso a tecnologias, na ampliação dos fluxos comerciais e em medidas para resolver o problema da dívida externa".

Detalharam, também, em outro documento, uma posição conjunta para a Rio-92, abordando 11 temas: alterações climáticas, diversidade

biológica e biotecnologia, florestas, recursos financeiros, transferência de tecnologia, populações e comunidades indígenas e locais, resíduos tóxicos e perigosos, recursos hídricos, assentamentos humanos, degradação dos solos e fortalecimento institucional.

"Estamos convencidos de que um planeta ambientalmente sadio deve corresponder um mundo social economicamente justo. O subdesenvolvimento é tanto causa fundamental quanto efeito grave da deterioração do meio ambiente" diz o documento.

As posições que serão sustentadas pelos países amazônicos não diferem muito do documento que será encaminhado à Rio-92 contendo as teses brasileiras. (*Gazeta Mercantil e O Globo*, 11/2/92)

As teses brasileiras

As principais posições do Brasil para a Rio-92 e que serão levadas para a última reunião do PrepCom em Nova York, no mês de março, são as seguintes:

Recursos Financeiros: a criação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável para colocar em prática determinações da Agenda 21; estabelecimento de fundos específicos para financiar as diretrizes firmadas nos acordos internacionais; sugestões para arrecadar dinheiro novo através de bônus de investimento e selos verdes.

Florestas: não permitir o monitoramento internacional e nem aceitar o estabelecimento de metas para reflorestamento ou diminuição do desmatamento; reconhecer o imperativo da exploração econômica dos recursos florestais; a referência ao desflorestamento deve necessariamente mencionar a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos pelo esgotamento da cobertura florestal em termos globais.

Biodiversidade: a criação de mecanismos para intercâmbio dos recursos genéticos sem es-

quecer que os recursos biológicos são de soberania dos países onde se encontram.

Proteção da Atmosfera: a Agenda 21 deverá favorecer o desenvolvimento de modelos energéticos sustentáveis: os países desenvolvidos devem garantir aos em desenvolvimento recursos para o acesso às tecnologias brandas; recomendação aos países ricos que limitem as emissões de gases no setor de transportes.

Desertificação: dar ênfase na situação dos países africanos afetados pela seca; fortalecer o Programa e Combate à Desertificação (PACD), envolvendo governos, ONGs, ONU, entidades internacionais de crédito

Resíduos tóxicos: reduzir a produção e o transporte interfronteiras de resíduos, com controle nacionais e internacionais. (*Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil*, 10/2/92)

Fórum Global

ONGs vão criar Banco Mundial Alternativo

As organizações não governamentais (ONGs) de todo o mundo vão criar durante a Rio-92, um fundo internacional independente - o Banco Mundial Alternativo - para o financiamento de seus projetos ambientais.

A decisão foi tomada durante a reunião dos coordenadores do Grupo de Trabalho Internacional (GTI), uma comissão de 16 representantes de fóruns nacionais de ONGs e redes internacionais de entidades, encarregado de preparar temas e relatórios preliminares que serão discutidos durante o encontro "Compromissos para o Futuro", principal evento paralelo à conferência oficial da ONU. Neste fórum, as ONGs votarão os tratados e a declaração de princípios a serem apresentadas às delegações oficiais reunidas no RioCentro.

Segundo o representante das Filipinas no GTI, Máximo Kallow, o banco das ONGs precisa de US\$ 150 milhões para começar a operar, o correspondente à fatia a ser reservada para as ONGs do total de US\$ 1,7 bilhões que formará o Fundo Global para o Meio Ambiente, a ser criado pela ONU durante a Rio-92. (*Correio Braziliense*, 2/2/92; *GM*, 3/2/92)

Adeia Kari-Oca começa a ser construída

A aldeia Kari-Oca, em Jacarepaguá, RJ, começou a ser construída por 60 indígenas do Alto Xingú. A aldeia sediará a Conferência dos Povos Indígenas, de 21 a 31/5, e o Parlamento da Terra, de 1º a 12/6, com a participação de 400 lideranças indígenas e representantes dos povos tradicionais de todo o planeta.

As duas ocas xinguanas deverão estar concluídas na Semana do Índio, em abril. Em março, mais 13 índios Tucano se reunirão aos outros para a construção do plenário que abrigará 500 pessoas.

Marcos Terena, coordenador do Comitê Intertribal, conta que os índios - das tribos Iaualapiti, Waura, Kamayurá, Meyako e Kuikuro - ficarão hospedados na Colônia Juliana Moreira, com o apoio da Defesa Civil e da prefeitura, até que o Grupo de Trabalho Nacional (do governo federal) entregue os alojamentos prometidos. (*JB*, 17/2/92)

Agrotóxicos intoxicam 3.500 brasileiros

Estatísticas oficiais registram por ano 3.500 intoxicações agudas por agrotóxicos no país. O Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos no mundo, perdendo para os Estados Unidos e para o Japão.

Na região de Monte Azul, ao norte de Minas Gerais, pelo menos 15 pessoas adoeceram e dez crianças morreram, todos apresentando sintomas de intoxicação por agrotóxico.

Os números oficiais de casos de envenenamento são muito inferiores aos reais, diz Angelo Trapé, toxicologista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), baseado em estimativas internacionais. Segundo ele, na Califórnia (EUA), o departamento de

saúde local calcula que só 2% dos casos de intoxicação são registrados. Aplicando-se esse índice ao Brasil, o número de intoxicações estaria próximo a 175 mil.

Atualmente, a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (Semam) trabalha com mais de vinte denúncias de irregularidades com resíduos químicos em todo o território nacional.

Entre os efeitos de intoxicações por agrotóxicos estão: doenças, mortes, redução na atenção, na memória, na habilidade manual e no tempo de reação a estímulos. As consequências do envenenamento podem propagar-se por gerações. (*Folha de S.Paulo*, 10/2/92)

Justiça decidirá sobre a reabertura do caso Chico Mendes

A sessão do Tribunal de Justiça do Acre que decidirá se o julgamento do caso Chico Mendes será anulado foi adiada para o dia 21 de fevereiro. Neste dia, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça vai votar o recurso de Darci Alves da Silva e de seu pai, Darli Alves da Silva, que pedem a anulação do julgamento que os condenou a 19 anos de prisão, em dezembro de 1990, pela morte do líder Seringueiro.

Eles querem ainda o desaforamento de Xapuri, vilarejo a 180 quilômetros de Rio Branco onde ocorreu o crime, e que o novo julgamento seja feito na capital do

estado. O Tribunal de Justiça acautou o pedido de apelação da defesa.

Márcio Thomaz Bastos, advogado da acusação, já enviou a contra-razão de apelação para os desembargadores e vai pessoalmente ao Acre acompanhar o julgamento. O advogado tem certeza de que o caso não será reaberto pois a argumentação da defesa é ruim e as provas inconsistentes. Ele explica que o principal argumento da defesa - que teria havido quebra de sigilo dos jurados - além de ser de difícil comprovação, não alteraria o resultado do julgamento. (*Jornal do Brasil*, 13/2/92)

Fórum discute violência no campo

Os conflitos rurais na Bahia e a situação dos garimpeiros na fronteira foram discutidos no dia 5 de fevereiro, em Brasília, na 9ª Reunião do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo.

A violência rural aumenta no interior baiano especialmente nas localidades de Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa, Itaparica, Itamaraju, Cabralia e Eunápolis. Nos últimos

dois meses, ocorreram sete conflitos entre colonos e fazendeiros nestas localidades.

O Fórum, que reúne entidades sindicais, movimentos sociais, organismos religiosos e de direitos humanos, decidiu se reunir em abril, em Salvador, para levantar dados e cobrar providências. (*Jornal do Brasil* e *Folha de S.Paulo*, 6/2/92)

Aposentado rural também protesta

Cerca de 1,5 milhão de trabalhadores rurais com direito constitucional à aposentadoria estão com processos engavetados no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) desde 7 de dezembro, quando foram regulamentadas as leis de Custeio e Benefícios da Previdência. Outros 300 mil, já aposentados, tiveram os benefícios anulados desde setembro por suspeita de fraude e, embora nada tenha sido constatado, continuam sem receber os vencimentos.

A denúncia foi levada no dia 11 de fevereiro ao ministro do Trabalho e da Previdência, Reinhold Stephanes, por um grupo de 40 sindicalistas gaúchos liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

No mesmo dia, em Porto Alegre, cerca de 10 mil pequenos agricultores de 286 municípios gaúchos fizeram uma manifestação contra a suspensão de 8 mil aposentadorias rurais no Rio Grande do Sul. A concentração na Praça da Matriz foi organizada pelos sindicatos ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e reivindicava, também, a agilização dos 150 mil pedidos de aposentadorias rurais apresentados no estado há mais de sete meses e que continuam engavetados no INSS.

O cancelamento das 8 mil aposentadorias rurais ocorreu pela suspeita de fraudes, enquanto os pedidos de mais de 150 mil aposentados, segundo a Fetag, estariam retidos nos Correios ou no próprio INSS. (*Jornal do Brasil*, 12/2/92)

Sem-terra levantam acampamento

No dia 5 de fevereiro, depois de nove meses acampados no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro, as 76 famílias de sem-terra despejados da Fazenda Sabugo, no município de Paracambi, desmontaram suas barracas. Eles fizeram um acordo com a coordenadoria regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e aceitaram desocupar o largo, em troca de uma área em São Bento, no município de Duque de Caxias. (*Jornal do Brasil*, 6/2/92)

Barragens

Atingidos por Tucuruí denunciam descaso do governo

De acordo com denúncias feitas pelo Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB), em 12/2, o governo não vem cumprindo a sua parte nos acordos feitos com as organizações que representam os atingidos pela barragem de Tucuruí, no sentido de minorar os efeitos sócio-ambientais causados pela obra.

A construção da barragem de Tucuruí ocorreu entre 1975 e 1985, causando inúmeros problemas à população atingida, cerca de 1500 famílias, entre eles a proliferação em níveis alarmantes de mosquitos transmissores de enfermidades. Pesquisas feitas em 1989 comprovaram que um agricultor, permanecendo na área infectada por uma hora, levaria 500 picadas. Hoje, a população estima que este número, conforme o horário, já chegue a 1.500 picadas por hora. Além deste problema, as indenizações ainda não foram pagas a todas as famílias atingidas, assim como a infra-estrutura necessária (escolas, estradas etc.) não foi ainda reposta.

Comissão Interministerial - A partir das mobilizações dos atingidos - como um acampamento na via de acesso aos escritórios da Eletro-

norte, instalado em agosto de 1991 e perdurando até hoje - e do apoio recebido por eles de várias organizações e parlamentares, o presidente Fernando Collor de Mello determinou, no dia 2 de outubro de 1991, a criação de uma Comissão Interministerial para analisar e dar encaminhamentos concretos ao assunto.

Esta Comissão, integrada por diversos órgãos governamentais, deveria viabilizar um programa integrado de atendimento à população de Tucuruí. No entanto, em nota divulgada no dia 12 de fevereiro, o MAB denuncia que, apesar da Comissão já ter realizado reuniões e redigido um primeiro parecer, o encaminhamento de resultados concretos está muito moroso. Detecta-se também a intenção da Comissão no sentido de reduzir a solução para a situação dos atingidos à borrifação de veneno para combater os mosquitos. Esta medida já foi tentada anteriormente e, em que pese o seu sucesso relativo, deverá necessariamente ser discutida com a população devido aos prováveis efeitos de intoxicação que acompanharão a medida. (CEDI, 17/2/92)

Diminui migração para os centros urbanos

De acordo com dados do Censo 91, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os movimentos migratórios para importantes capitais do país - como Rio de Janeiro e São Paulo - se reduziram significativamente. (veja ACONTECEU 584)

Traduzindo em termos práticos a saturação dos centros urbanos na sua capacidade de oferecer uma vida melhor para as populações migrantes, e/ou "maquiando" a cidade para a ECO-92, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou desde 1991 o projeto "Volta à Terra Natal", coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social. O projeto é destinado a atender a parcela da população

de migrantes que está desempregada e vive nas ruas da capital.

No dia 7 de fevereiro, os 43 primeiros migrantes deixaram a cidade rumo ao Norte e ao Nordeste num ônibus de carreira. Consigo eles levavam, além de seus pertences, um lanche e Cr\$ 20 mil para eventuais despesas, concedidos pela Prefeitura. O projeto prevê também uma ajuda extra de meio salário-mínimo por seis meses para que os migrantes refaçam suas vidas em seus locais de origem. Resta saber se lá eles encontrarão tão boa acolhida quanto a gratificada despedida. (Isto é/Senhor, 19/2/92; Jornal do Brasil, 6/2/92; CEDI, 17/2/92)

Atingidos por Itaparica pressionam por cumprimento de acordo

No dia 13 de fevereiro, cerca de 30 trabalhadores atingidos pela barragem de Itaparica, representando as 40 mil pessoas desalojadas e reassentadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), ocuparam a sede da empresa. Antes eles já haviam ocupado agências do Banco do Brasil nas cidades de Santa Maria do Boa Vista, Paulo Afonso, Petrolândia e Cabrobó, protestando contra a paralisação das obras de irrigação para os reassentamentos e o atraso no pagamento da ajuda mensal às famílias até que possam voltar a produzir.

O secretário-executivo do Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco, Eraldo José de Souza, disse que até agora somente 10% das obras de irrigação que atenderão os reassentamentos foram construídas. Quanto à ajuda de custos às famílias, que deveria ser de Cr\$ 140 mil mais uma reposição salarial de Cr\$ 60 mil referente a 1991, a Chesf depositou apenas Cr\$ 84 mil.

O Movimento de Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB) denunciou ainda que o pagamento aos atingidos empregados no trabalho de desmatamento de áreas a serem irrigadas, não está sendo feito de acordo com a lei, pois que ao invés do salário mínimo garantido pela legislação, a Chesf estabeleceu arbitrariamente a remuneração de Cr\$ 42 mil por mês.

Banco Mundial - Paralelamente a estes acontecimentos, dois representantes do Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco estiveram em Washington (EUA) denunciando, junto à diretoria do Banco Mundial (Bird), o não cumprimento pela Chesf dos acordos sobre a construção da barragem de Itaparica. O Bird não chegou a financiar a obra, mas fez empréstimos para o projeto da Chesf de reassentamentos. (CEDI, 17/2/92; Jornal do Brasil, 14/2/92 e O Globo, 12/2/92)

Não ao silêncio

Hans Küng fala sobre o catolicismo

"Em meio século houve uma redução de 20% dos católicos brasileiros. Hoje há no Brasil 35,7 milhões de pessoas que não fazem parte da Igreja Católica. Se esse desenvolvimento prosseguir, a participação da população católica cairá para 65% até o final deste século, ou seja, em oito anos. O Brasil deixará então de ser uma nação católica". Esta declaração foi feita pelo teólogo Hans Küng, 64 anos, em entrevista ao jornal *O Globo* (9/2/92).

Hans Küng é diretor do Instituto de Pesquisa Ecumênica da Universidade de Tübingen (Alemanha). Padre católico, por causa de suas posições críticas e independentes, foi punido pelo Vaticano e proibido de lecionar teologia e rezar missas. Segundo o teólogo, ele e outros que passaram por tais punições, são vítimas da posição autoritária da Igreja, de "expurgar os críticos que lhe causam algum incômodo". No entanto, Hans Küng, autor de mais de 20 livros, afirma: "Nunca vou parar de lutar pela minha reabilitação".

Küng avalia que "através da política do atual Papa, existe um enor-

me perigo de cisão da Igreja, assim como ocorreu na Reforma Protestante". Segundo ele, a atual forma de organização católica não tem futuro. "Futuro tem a prioridade de pastoral a serviço da igreja como um todo e ecumênica, como foi apresentada no nosso século de forma exemplar pelo papa João XXIII", diz.

Sobre a relação entre a crise do comunismo e a Teologia da Libertação, o teólogo afirma: "Houve uma influência, sim, para a preocupação da Teologia da Libertação em vista da pobreza em massa na América Latina. Mas já há 20 anos defendi no meu livro *Ser Cristão* a opinião de que a Teologia da Libertação não deveria se orientar no modelo do socialismo. Pois os conhecedores já sabiam na época que o socialismo não é de forma alguma uma alternativa para o capitalismo".

Sobre a conjuntura do comunismo em relação à Igreja Católica, Hans Küng reflete: "Mesmo quem não acredita na religião sabe, como Freud, que ela é a expressão mais antiga e necessidade mais forte da humanidade". (CEDI, 14/2/92)

Cristianismo deixa de ser "ópio do povo" no Leste

A Igreja de Cristo, sob diversas expressões - católica, protestante, ortodoxa - recuperou voz e atua vigorosamente nos países do Leste europeu, onde tinha sido reduzida ao silêncio e submetida a perseguições durante décadas.

Os bens de que havia sido ex-

propriada estão sendo devolvidos. A influência sobre a vida política e social retornou e é crescente.

As exigências da Igreja são impostas de vários modos. Uma delas é a volta do ensino religioso nas escolas públicas, abolido no regime comunista. (Folha de S. Paulo, 3/2/92)

Renascimento Religioso - os números das religiões no Leste europeu



Papa mediará disputa entre Equador e Peru

O papa João Paulo II foi chamado para intermediar o conflito sobre a demarcação de fronteiras entre o Equador e Peru, problema que existe desde o Tratado do Rio, de 1942.

"O que o Papa decidir será acatado pelos nossos povos, que são cristãos", declarou o presidente do Equador Rodrigo Borja. (*Jornal do Brasil*, 12/2/92)

Morre d. Sergio Mendez Arceo

Infarto agudo do miocárdio foi a causa mortis de d. Sergio Mendez Arceo aos 87 anos. Bispo emérito na cidade mexicana de Cuernavaca, era conhecido como o *bispo vermelho*, por ter sido o primeiro religioso latino-americano a defender o socialismo. Nos últimos tempos morava em Octopéc, a poucos quilômetros da capital mexicana, onde morreu na casa de parentes.

Destacado por sua identificação com os pobres, foi precursor do diálogo entre marxistas e cristãos na América Latina. Por suas idéias foi considerado um dos participantes mais polêmicos do Concílio de Bispos realizado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ) em 1987.

Partidário da Teologia da Libertação era defensor dos direitos humanos e atuou como advogado de exilados latino-americanos no México. (*Jornal do Brasil*, 7/2/92)

Padres discutem evangelização

O desafio da modernidade tornou-se sinônimo de desafio da evangelização para os 400 padres que se reuniram na semana de 10 a 16/2 em Itaipu (SP) em busca de uma resposta brasileira para a preocupação universal da Igreja — como levar a milenar mensagem de Cristo a uma sociedade desiludida, que resiste cada vez mais à pregação convencional do Evangelho. Os padres estudaram propostas para o difícil desafio de se adaptarem às necessidades da Igreja do Terceiro Milênio. (*Jornal do Brasil*, 17/2/92)

Pentecostais ganham espaço na política sueca

As eleições realizadas na Suécia em setembro de 1991 destituíram o governo socialista e deram vitória a uma coalizão de quatro partidos, entre eles o Partido Democrata Cristão, de maioria pentecostal.

Com a conquista nas urnas, o PDC ganhou três ministérios: do Exterior, com especial responsabilidade sobre direitos humanos, dos Transportes e Comunicações e da Administração Pública. Os três ministros são ligados a diferentes igrejas pentecostais.

As profundas mudanças no po-

der não apenas colocaram o PDC no governo sueco. Ele está pela primeira vez representado no parlamento, com 26 deputados, sendo 16 pentecostais.

O partido foi fundado em 1964 pelo reverendo Lewi Pethrus, um pioneiro no movimento pentecostal na Suécia e por muitos anos líder da grande igreja Filafélfia em Estocolmo, com cerca de sete mil membros. O PDC sueco também tem membros de igrejas evangélicas tradicionais além de católicos. (*Mensageiro da Paz*, janeiro/92)

Igreja da Inglaterra pronuncia-se sobre a dívida externa

O Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra, reunido em novembro de 1991, aprovou a seguinte moção sobre a dívida do Terceiro Mundo:

Tendo em vista a séria crise da dívida enfrentada por muitos países em desenvolvimento e o ônus que isso representa sobre milhões de pobres do mundo, este Sínodo:

- *acolhe a recente iniciativa do primeiro-ministro de cancelar algumas dívidas devidas ao governo do Reino Unido pelos países em desenvolvimento e apela para que o governo an-*

plie essa iniciativa, e

- *ciente do princípio bíblico de Jubileu, apela a todos os governos doadores para que concordem com o cancelamento da dívida oficial dos países severamente endividados;*
- *apela aos bancos comerciais para que cancelem uma porção substancial da dívida devida a eles. (CEDI, 14/2/92)*

Igreja Episcopal Anglicana prepara encontro mundial no Brasil

"Celebração da Vida por um Reino de Justiça e Paz" - com este tema tendo como base a Década Ecumênica das Igrejas em Solidariedade às Mulheres, um comitê internacional está preparando o Encontro Mundial Anglicano (Salvador, 29/3 a 3/4/92). O encontro conta com a colaboração de organismos ecumênicos entre eles o Conselho Latino Americano de Igrejas (Clai), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Os anglicanos pretendem que o encontro mundial "desperte a consciência de que um reino de Justiça e Paz só se tornará realidade quando as mulheres forem parceiras do homem, e não exploradas por ele".

Tratando deste e de outros temas como *As Américas hoje, Justiça e Paz* e *Sexualidade e Saúde*, os anglicanos vão procurar "compartilhar as dificuldades e as angústias do momento, sem perder a esperança e a alegria de ser igreja, de ser povo reunido numa fé de vivência libertadora".

O encontro deverá reunir duas mil pessoas de todo o mundo. Para contribuir com as reflexões participará o bispo Desmond Tutu, da África do Sul, a teóloga brasileira Ivone Gebara, o teólogo peruano Gustavo Gutierrez, a deputada federal brasileira Benedita da Silva dentre outros teólogos e cientistas sociais. (*CEDI*, 14/2/92)

Celadec realiza Consulta de Educação Cristã

"Analisar a presença e missão das igrejas cristãs na conjuntura histórica da América Latina tendo como perspectiva a educação cristã" - este é o objetivo da Consulta Latino-Americana de Educação Cristã que será realizada no Brasil (São Leopoldo, 6 a 10/7/92) promovida pela Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (Celadec).

Com a consulta a Celadec pretende contribuir com a recuperação do processo de educação cristã na América Latina, a fim de clarificar concepções teológicas, eclesiais, sociais e pedagógicas. A consulta também se propõe a avaliar as experiências de igrejas e organismos cristãos comprometidos com a promoção e defesa da vida com relação a métodos, materiais e recursos de trabalho em educação cristã.

Um processo de levantamento diagnóstico está em curso desde 1991 através de uma "guia" encaminhada às igrejas e organizações. Pré-consultas também estão sendo realizadas nas cinco regiões da Celadec no continente. A consulta será orientada a partir de três eixos básicos: bíblico-teológico, pedagógico-histórico e metodológico-comunicacional. (*CEDI*, 14/2/92)

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Leia e assinie o jornal CONTEXTO PASTORAL, uma publicação conjunta do CEDI e do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebepe). Um jornal-painel a serviço da Pastoral e dos cristãos na luta pela paz e a justiça.

- Assinatura anual (seis números, encartes gratuitos): Cr\$ 6.000
- Assinatura de apoio (seis números, encartes gratuitos): Cr\$ 7.500
- Assinatura para Exterior: US\$ 15
- Número avulso: Cr\$ 600

Pedidos, através de cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebepe), Rua Rosa de Gusmão, 543, CEP 13073, Campinas - SP.

Indigenista denuncia madeireiras no Maranhão

O jornal *O Liberal* publicou, no dia 1º de fevereiro, informações que constam do relatório do indigenista da Funai, Francisco Potiguara Tomaz Filho, chefe do Serviço de Proteção Awá-Guajá (SPAG), que denuncia a retirada clandestina de madeira, onde estão localizadas três áreas indígenas (Alto Turiaçu, Awá e Caru) no extremo oeste maranhense na fronteira com o Pará.

Nessa região, Francisco Potiguara participou de uma viagem em dezembro passado, juntamente com representantes do Ibama, Polícia Federal, Ministério Público Federal, e órgãos públicos do Maranhão: Instituto de Terras e a Procuradoria Geral do Estado, com o objetivo de apurar o cumprimento de liminar concedida em março de 1991, pelo juiz Candido Aristides Medeiros, que determinava a desocupação imediata da Área Indígena Alto Turiaçu, habitada por cerca de 800 índios das tribos Urubu Kaapor, Tembê e Guajá, este último ainda isolado. (No último levanta-

mento feito pela Funai, Cimi e Instituto de Terras do Maranhão, cerca de 300 famílias invasoras ocupavam a reserva indígena).

No final da operação, o grupo pôde constatar não somente o descumprimento da liminar federal, mas também o aberto desafio de fazendeiros da região às decisões da Justiça, "aquilo é uma terra de ninguém. Manda quem tem mais dinheiro, quem pode exibir de forma ostensiva o maior número de jagunços e a maior quantidade de armas", diz o indigenista.

O relatório de Francisco Potiguara já está na Administração Regional da Funai, em Belém, e contém informações que podem não ser novas, mas alertam pela contumácia e pelas previsões sombrias sobre o futuro dos índios, a credibilidade dos órgãos incumbidos de zelar pela lei e pela ordem envolvendo índios, fazendeiros e a população das cidades da região.

O indigenista citou os fazendeiros Antonio Chaves, Nicodemos

Martins e os irmãos Galetti: "Eles mantêm um grupo armado, como pudemos constatar três indivíduos portando armas e usando partes do fardamento da Polícia Militar do Maranhão, da qual se diziam membros. Eles pararam uma das viaturas de nossa equipe, sob a justificativa que estavam servindo de segurança nas terras de Antonio Chaves".

No pouco tempo em que esteve na estrada vicinal que leva da Área Indígena Turiaçu e da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, a Paragominas no Pará, Francisco Potiguara pôde constatar a passagem de dezenas de caminhões carregados de toras de madeira de lei, cada um levando em média de 10 a 14 metros cúbicos, sem dispor da guia do Ibama nem da nota fiscal. "Perguntamos aos caminhoneiros se eles tinham as guias e a nota fiscal relativas às toras de madeira que transportavam e eles nos responderam que não, porque nem uma coisa nem outra era necessária". (CEDI, 17/2/92)

Yanomami

Conflito com mortes

Um Yanomami e dois garimpeiros morreram no dia 19 de fevereiro, num conflito na região do Paapiú, RR, dentro da AI Yanomami. Segundo enfermeiros da Fundação Nacional de Saúde (FNS), quatro garimpeiros passaram pela maloca dos índios, por volta do meio-dia, distribuíram presentes e seguiram caminho pela mata. Foram seguidos pelo índio Yaduce, que, mais tarde foi encontrado morto.

Um grupo de 10 índios resolveu vingar a morte de Yaduce e atacou os garimpeiros, matando dois deles ainda não identificados. A Polícia Federal e a Funai mandaram uma equipe para o local para realizar a perícia. (Jornal do Brasil, 20/2/92)

Este conflito ocorre há menos de um mês do início da demarcação da AI Yanomami (27 de janeiro), no momento em que a Funai tenta retirar da área os garimpeiros expulsos da Venezuela, valorizados pela imprensa a partir dos incidentes na fronteira com aquele país.

Nessa região de Paapiú, em 87, aconteceu um conflito armado que resultou na morte de 4 Yanomami e um garimpeiro. Logo após, a terra desses índios foi invadida por cerca de 40 mil garimpeiros levando a morte por malária, pneumonia e subnutrição. Os órgãos de saúde chegam a avaliar que 15% a 20% dos Yanomami morreram nestes últimos quatro anos. (CEDI, 20/2/92)

Proibida entrada na Área

A Funai publicou, em 12 de fevereiro, portaria proibindo a entrada de qualquer pessoa na Área Indígena Yanomami para realização de pesquisas científicas, filmagens, fotografias, gravações sonoras e reportagens, até o término dos trabalhos de demarcação. A portaria exclui da proibição os órgãos de segurança, e as entidades públicas e privadas que prestam assistência à saúde dos índios. (CEDI, 18/2/92)

Enquanto isso ...

Circulam no governo sete relatórios oficiais enviados de Roraima acusando o delegado Newton Cavalcante Gonçalves, da Polícia Federal, de facilitar a volta de garimpeiros à Área Yanomami. Os oficiais pedem sua cabeça.

O delegado também é apontado nos relatórios oficiais como responsável por "autorizações ilegais" para entrada da TV Globo na Área dos Yanomami. O acesso da imprensa está proibido pela Funai. (Folha de S.Paulo, 15/2/92)

O jogo dos empresários do garimpo

Há quem veja no episódio envolvendo Brasil e Venezuela uma forma de lideranças garimpeiras forçarem uma solução que lhes seja favorável. Incomodados com a decisão de demarcar a reserva Yanomami, os líderes estariam apostan-

do alto, a ponto de recomendar até a invasão de território estrangeiro.

Convenhamos que é uma jogada arriscada demais para ser tolerada pelas autoridades. (A Crítica, 2/2/92)

Demarcação de terras indígenas no governo Collor

O que já foi feito

Etapas do processo de demarcação	Nº de áreas	Extensão (ha)
áreas encaminhadas pela Funai aguardando decisão do ministro da Justiça	18	3.012.422
áreas delimitadas através de portaria do ministro da Justiça	22	19.237.863
áreas homologadas através de decreto do presidente da República	105	16.547.052

O que falta fazer

205

áreas indígenas para serem reconhecidas oficialmente, das quais 117 já foram identificadas ou interditadas pela Funai e 88 estão sem providência

Faltam 88 semanas para o término do prazo constitucional para a demarcação de todas as terras indígenas (art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal).

Fonte: CEDI/PIB, 14/2/92

Nambiquara movem ação judicial contra Funai e Ibama

A comunidade indígena Katitauru, sub-grupo Nambiquara, ajuizou, em 6/2/92, ação judicial contra a Funai, Ibama e União Federal. A ação foi proposta pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), e já foi distribuída à 9ª Vara Federal no Distrito Federal. O juiz titular, Dr. Mario Cesar Ribeiro concedeu liminar determinando a retirada dos cerca de seis mil garimpeiros da AI Sararé (MT), em medida cautelar requerida pelo NDI. A ação principal complementa os objetivos da cautelar, e nela são requeridos: declaração judicial de que é expressamente proibida a garimpagem no Córrego Água Suja, divisa oeste da área, que seja determinado ao Ibama que faça a recomposição ambiental da área degradada pelo garimpo, que a Funai instale posto de fiscalização na divisa e que a União Federal indenize a comunidade indígena pelos danos causados.

A antropóloga Virginia Valadão, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), e a Awaru - Comissão

de Apoio Indigenista ao Povo Nambiquara - trouxeram o caso ao NDI, em busca de soluções jurídicas.

Plano de desintrusão e fiscalização da AI Sararé é também exigida pelos organismos multilaterais (Banco Mundial e FAO) financiadores do Prodeagro para o Mato Grosso. A Funai marcou reunião para o dia 24/2, com o Ibama e DNPM para discutir a sua implementação. O NDI e o CTI participarão como observadores.

Paralelamente, o Ministério Público Federal ingressou, em Curitiba, com ação civil pública, requerendo a cassação do alvará de pesquisa da Mineradora Santa Elina sobre a gleba limítrofe à área indígena, e a responsabilização da Funai, do DNPM e da União pela invasão garimpeira e danos ambientais. A empresa permitiu ilegalmente que a Cooperativa de Garimpeiros local garimpasse em área de pesquisa, ocasionando a invasão da área indígena. (Juliana Santilli/NDI, 17/2/92)

Falta política de mineração

A jornalista Zenaide Azeredo publicou uma interessante matéria no *Jornal de Brasília* (2/2/92) onde comenta a inexistência de uma política de mineração no Norte do país, especialmente na faixa de fronteira em Roraima. A necessidade de uma reavaliação da política de mineração na região é praticamente imposta pela Venezuela ao Brasil. Ali o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) não tem controle das atividades de garimpo e sobre a mineração feita por empresas.

Diz a matéria: "Na verdade o DNPM, através de sua Assessoria de Garimpos, desconhece os limites entre as atividades de mineração e garimpo e teme mesmo que por detrás dos garimpos e das pistas clandestinas escondam-se respeitáveis empresas de mineração, que há mais de cinco anos esperam por alvarás de pesquisa por parte do governo". A demora decorre da tramitação do projeto de lei, que regulamentaria a mineração em áreas indígenas, no Congresso Nacional.

A desconfiança surge pela coincidência entre a localização dos pedidos de alvará de pesquisa e a construção de pistas de pouso dos pretensos donos dos garimpos.

"Às vezes, a atividade garimpeira acaba se instalando muito antes que o processo de pesquisa no DNPM termine sua via burocrática. A Mineração Montes Roraima, que pediu seu alvará em 1984, ainda não recebeu resposta para seu requerimento de exploração de titânio e chumbo, mas, bem ou mal, a exploração de minérios nessa região próxima ao rio Catrimani foi largamente feita até o ano passado, quando o governo decidiu demarcar o território Yanomami e acabar com os garimpos de Surucucus".

A jornalista termina dizendo "que nos mapas do DNPM com ilustrações de pedidos de alvará para mineração - nem todos concedidos - todo o estado de Roraima está tomado. Ironicamente, pelas coordenadas projetadas dos solicitantes, muitas vezes há nítidos avanços dentro do território venezuelano". (CEDI, 18/2/92)

Indústria Automobilística

Montadoras estão à beira da paralisia

É grande a capacidade ociosa das montadoras de automóveis. A elevação permanente dos preços dos carros inibe o consumo interno e entope os pátios das empresas, que passam a exportar para atenuar a queda na produção provocada pela recessão. Em função disso, as montadoras têm feito uma série de propostas a seus trabalhadores para ajustar-se ao mercado. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça, considera que "o pleito por estabilidade é impossível". Já o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, João Passos (o Bagaço) alerta que, se ocorrerem dispensas, "os trabalhadores poderão tomar medidas drásticas porque emprego hoje é uma questão de honra". Para evitar impasses, trabalhadores e empresários buscam soluções consensuais.

Depois de aumentar em 19% o preço de seus produtos, a Autolatina, *holding* que controla a Ford e a Volkswagen, abriu, em 7 de fevereiro, o sistema de demissões voluntárias para enxugar 1.035 postos de trabalho até 13 de março nas

unidades Anchieta (VW) e Taboão (Ford), ambas em São Bernardo, após o que serão retomados os entendimentos. O sindicato é contra, mas ressalva que a empresa está no seu direito. O secretário geral da entidade, Luiz Marinho, observa que "para sair da crise, é preciso uma política de preços correta e investimento na produção" e que o voluntariado repercuta negativamente. Em assembleias nas fábricas, os trabalhadores se recusaram a aderir ao voluntariado, afirmando ainda que não aceitarão pressões para se inscreverem no programa. Além disso, recusaram também a proposta da *holding* de negociar o reajuste de fevereiro abaixo da inflação.

Além do ajuste de pessoal, a Autolatina pretende adequar sua produção, reduzindo-a. Assim, a montadora confirmou a suspensão da produção de veículos na Ford Taboão, concedendo férias coletivas e licença remunerada durante uma quinzena a partir do dia 24 para uma parcela ainda não definida dos seus 7,5 mil operários. O sindicato estima que 60% dos funcionários serão atingidos pelas medidas da empresa. Na ocasião, a *holding*

anunciou que o reajuste de seus 48 mil empregados será de 23%, 80% da média dos índices citados. Ao cabo, os trabalhadores acabaram aprovando o aumento.

A Mercedes Benz anunciou, no mesmo dia, a concessão de licença remunerada durante duas semanas para a maioria dos trabalhadores da sua unidade de São Bernardo a partir de 24 deste mês. Para a Comissão de Fábrica, 90% dos trabalhadores irão para casa sem saber qual será a fórmula de reajuste salarial.

A General Motors dará este mês 21% de reajuste (80% do índice da Fipe) para os 21 mil trabalhadores das unidades de São Caetano e São José dos Campos. Metade dos 10 mil funcionários da fábrica do ABC está em férias coletivas e 1,7 mil dos 11 mil de São José também gozam de repouso forçado.

A Volvo, localizada em Curitiba, é, até agora, a única montadora a propor redução de jornada sem redução salarial. A medida atinge só 25% dos seus 1,3 mil empregados, mas é suficiente para reduzir a produção porque trabalham em um setor vital da linha de montagem. (CEDI, 17/2/92)

Baixo astral na Ford

Nesta semana, 718 metalúrgicos darão adeus à sua fábrica. A fábrica de motores da Ford em São Bernardo será desativada pela matriz norte-americana em caráter definitivo. Outros 300 já foram transferidos para fábrica de tratores da Fiat no Paraná, mas os 700 restantes não têm para onde ir.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema afirma que recusa com veemência ver sua base emagrecer tal como hoje acontece na matriz em Detroit, onde vá-

rias demissões foram feitas e fábricas foram fechadas devido à falta de competitividade da indústria americana diante da japonesa. Porém, se o sindicato sabe o que ele não quer, não tem forças para impor o que deseja.

Suspeitas - A Ford Motor Company informa que amargou, em 91, um prejuízo de US\$ 2,26 bilhões. As montadoras americanas estão em crise, perdendo mercado para os japoneses. As dificuldades da matriz, a desativação da Ford Tratores,

além da recessão, reforçam as suspeitas do sindicato de que a Ford se prepara para deixar o Brasil.

Na opinião do presidente do sindicato, Vicente Paulo da Silva, "a Ford teve todos os benefícios, como outras montadoras, para se instalar no país: benefícios em impostos, terrenos e pagou salários 11 vezes menores que no país de origem. Mas não aplicou em competitividade porque as empresas daqui sempre tiveram um pai chamado governo". (CEDI, 17/2/92).

Os japoneses estão chegando

O presidente Collor lança, no dia 18, um pacote de estímulos às exportações e maior abertura às importações, acelerando a redução das alíquotas de importação de automóveis. Com isto, o governo visa conter a pressão inflacionária provocada pelos seguidos aumentos nos setores que considera dominados por cartéis: carros, papel e fertilizantes.

Jacy Mendonça, atual presidente da Anfavea, considera "perigosíssima" a rapidez do cronograma de redução das alíquotas. Para o futuro presidente dessa entidade, Luiz Scheuer, "quem não é competitivo realmente se preocupa". Espremida entre o atraso tecnológico e a baixa produtividade, a qualidade e, principalmente, o preço dos carros nacionais sairão perdendo

diante dos importados.

Os empresários debatem várias propostas para vencer este desafio e inaugurar uma nova fase de expansão industrial. Se os trabalhadores não intervierem neste processo, correm o risco de perder empregos e ter de engolir, sem direito à negociação, uma série de programas de reconversão industrial. (CEDI, *Jornal da Tarde*, 17/2/92)

Mulheres

Corpo de mulher, corpo de delito?

Notícias publicadas pela Folha de S. Paulo, nas reportagens de 6 a 12 deste mês, chocaram o país com as provas de que meninas são traficadas, escravizadas, violentadas, torturadas e assassinadas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Foi impossível fazer de conta que se devia ainda apurar os fatos, dado que as matérias denunciavam responsáveis, provavam o envolvimento das autoridades locais, mostravam o depoimento das vítimas e suas caras. Sob o peso da opinião pública internacional (a nacional não pesa muito), o presidente da República e o secretário da Polícia Federal foram obrigados a se pronunciar diante da cumplicidade do poder local, resultando na prisão de três donos de boate em Cuiú-Cuiú, no Pará.

Juntaram-se, nesse caso, dois fatos: a exploração de menores e a exploração de mulheres. Em ambos, apesar de todas as denúncias das entidades de defesa dos direitos humanos, das pastorais das igrejas e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, não há, da parte do aparelho de Estado, nenhuma iniciativa coibidora. Pelo contrário, quase sempre há autoridades envolvidas nos escândalos.

Mas, no presente caso, a anuência explícita e auto-justificadora dos responsáveis envolvidos na trama chamou a atenção pela gravidade do ocorrido. Tal descaramento desvenda a certeza da impunidade e expressa uma cultura que toma posse do corpo e da vontade da mulher e os define a partir dos desejos

masculinos. A frase do coronel Francisco Abrão é, a propósito, exemplar: "As 'índias' é que tentam estuprar os soldados, quando estão no cio". "Eu tenho que segurar meus soldados porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência das índias".

As mulheres, assim, são presas de uma identidade definida como provocadora e deficiente por sua própria natureza, já que não são capazes de arcar com as responsabilidades que sua condição impõe. Se necessitam controle e vigilância e são tratadas com sarcasmo e desconfiança nas suas iniciativas, sua escravização não é, nessa cultura, uma aberração tão grande assim.

A barbárie do caso expressa um imaginário social comum, que inclui donos de boate, traficantes, garimpeiros, índios, policiais e militares.

Sem o escândalo da idade das jovens, as mesmas justificativas que os envolvidos apresentaram aparecem como pertinentes em outros casos de violência contra a mulher. Basta ver as reportagens sobre os processos William Kennedy e Mike Tyson, as decisões judiciais sobre homens que assassinam ou estupram mulheres, a tranquilidade social diante das cantadas ameaçadoras das chefias nos locais de trabalho (tanto no campo quanto na cidade). Sob o escândalo que sobrevém do "exagero", aparece o escândalo de que o corpo da mulher é ainda território de exercício privado do poder dos homens. (Nilde Balcão/CEDI, 17/2/92)

Metalúrgicos de SP suspendem greve

A greve dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, cujos sindicatos são filiados à Força Sindical, iniciada no dia 12, foi suspensa 48 horas depois com a retomada das negociações. Os entendimentos entre patrões e empregados foi interrompido depois que os empresários souberam que os sindicatos tinham recorrido à justiça para garantir a estabilidade reivindicada, instaurando o dissídio.

A greve contou com fraca adesão dos trabalhadores, que temem o desemprego. Ao contrário do que afirmou Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da FS, não foram paralisadas empresas "estratégicas", que afetariam o conjunto do parque industrial.

Desde que assumiu o comando de seu sindicato, Medeiros, tal como as de agora, só fez greves por empresa. Dessa vez, a tática da greve deu sinais de desgaste, uma vez que os trabalhadores não estavam mobilizados. Porém, os sindicalistas da Força recorreram habilmente à Justiça do Trabalho, forçando a definição dos empresários.

Representado pelo Grupo 19 da Fiesp, o patronato apresentou divisões internas. O Sindicato Nacional das Indústrias de Máquinas (Sindimaq) ameaçou romper a unidade, mas, posteriormente, acabou capitalizando o comando das negociações. Assim, os metalúrgicos encontraram condições de suspender a paralisação antes do desgaste, que era iminente. O Sindimaq reverteu a posição do Grupo 19, aceitando a discussão da jornada flexível e da garantia ao emprego a ser definida em acordos por empresa.

Os patrões se comprometeram a não demitir até o dia 19, quando nova rodada de negociações se realizará no Tribunal Regional do Trabalho. A proposta de trégua foi acertada numa reunião entre Mário Amato, presidente da Fiesp, e o Grupo 19. Os metalúrgicos acenam com a jornada flexível, redução de jornada e salários com posterior compensação, e trocam a estabilidade pela garantia ao emprego por seis meses. Se alguma empresa demitir, terá de pagar o salário dos meses cobertos pelo acordo. (CEDI, 17/2/92)

Indústria paulista demitiu 27 mil

A indústria paulista demitiu 27.141 trabalhadores em janeiro, superando em 35,7% a previsão da Fiesp de 20 mil dispensas por mês no primeiro trimestre de 1992.

O nível de emprego teve uma redução de 1,58%, a terceira maior

queda no mês de janeiro desde 1981, quando a pesquisa foi iniciada. Os dados indicam que as duas maiores taxas de desemprego em janeiro foram registradas em 1991 (-3,66%) e 1983 (-1,53%). (Folha de S. Paulo, 11/2/92)

Justiça garante direitos educacionais

Com o início do período de matrículas nas escolas públicas de todo o país e a persiste falta de vagas, a intervenção do poder judiciário para garantir os direitos educacionais assegurados pela Constituição é um fato novo. Seja por iniciativa dos pais ou de juízes, a Justiça tem sido acionada para garantir o acesso à escola pública e este procedimento tem dado bons resultados.

Duque de Caxias/RJ - No dia 4/2, a juíza de Menores Lúcia Maria de Silva Lima assinou 200 requerimentos de informações para que as diretoras de escolas justificassem, em 48 horas, a razão pela qual alunos não são matriculados na rede pública. A própria juíza adivinha a resposta: "a total falta de vagas".

Nesse caso a prefeitura de Duque de Caxias deve se preparar para enfrentar uma ação cível por não cumprir o que determina a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica do município. "Caxias é um município rico e, como juíza de Menores, não posso aceitar que nossas crianças fiquem fora das escolas", disse. (*O Globo*, 5/2/92)

Niterói/RJ - Em 3 de fevereiro último, ao assumir o Juizado de Menores da comarca de Niterói, o juiz Judá Jessé de Bragança Soares baixou portaria com o objetivo de cadastrar os menores entre 7 e 14 anos

que não conseguiram matricular-se nas unidades de ensino da rede municipal. As providências serão tomadas pelas autoridades judiciárias, considerando-se que é direito da criança e do adolescente ter igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e cujo dever de assegurá-lo cabe ao Estado.

Considerando acertada para o Rio de Janeiro a atitude do juiz Liborni Siqueira, que determinou a inscrição dos alunos cujas mães recorreram à Justiça, Soares ressaltou que em Niterói não há estrutura para tal decisão. "Nossa realidade é bem diferente. Mas em um ponto não se pode discutir: tem de haver vagas para todos, não importam os métodos utilizados", sentenciou. Entre as possíveis soluções, Soares citou a volta temporária do 3º turno, a implantação de rodízio - aulas em dias alternados para cada turma, estendendo o ano letivo às férias - ou a criação de bolsas de estudo. Se-

gundo o juiz, para o governo é menos dispendioso manter estudantes em colégios particulares do que na própria rede pública. (*O Fluminense-Niterói/RJ*, 4/2/92)

Vitória/ES - O Tribunal de Justiça manteve a liminar que garante a matrícula de 10 alunos na rede municipal de ensino, mesmo com um recurso impetrado em 7/2 pela Secretaria Municipal de Educação. A decisão foi do presidente do Tribunal, desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro, que considerou a liminar bem fundamentada pelo juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, João Miguel Filho. Grandi Ribeiro reconheceu o direito de vagas nas escolas. No despacho, o presidente do Tribunal lembra que os 10 alunos permaneceram por três dias consecutivos esperando em uma fila, em cada escola, e não conseguiram obter suas matrículas. (*A Gazeta/ES*, 8/2/92)

TCU reprova ensino no país

A continuar a situação atual, a região Nordeste somente conseguirá extinguir o analfabetismo no ano 2040. Esta é apenas uma das conclusões do relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na avaliação da eficiência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no período compreendido entre 1989 e 1991. Outro dado preocupante foi apurado: de 1978 a 1989, para cada 100 alunos que iniciaram seus estudos de 1º grau, somente 5,9% conseguiram ingressar na universidade. No período anterior, de 1967 a 1978, o índice chegava a 7,4%.

Segundo o levantamento do TCU, constatou-se que o ensino de

1º grau, em 89, participava com 76,5% das matrículas, o que, comparado com 80 (80,36%), significou uma redução. No 2º e 3º graus também houve diminuição, caindo de 10% para 9,5% e de 4,9% para 4,2%, respectivamente, no mesmo período. O pré-escolar aumentou sua participação, passando de 4,8%, em 80, para 9,8% em 89.

O relatório dos auditores foi mais longe ao examinar os convênios do FNDE: "São ineficazes, tendo em vista, especialmente, a ausência de critérios técnicos e a presença de clientelismo verificadas em grande parte das transferências de recursos, durante os últimos anos". (*Jornal do Brasil*, 14/2/92)

Distribuição de livros está atrasada

Até agora nenhuma escola do país recebeu os cerca de 70 milhões de livros didáticos prometidos pelo MEC para 92, embora em alguns estados as aulas tenham começado. A denúncia foi feita por um grupo de secretários de Educação nordestinos.

"Considero a falta de livros um problema ainda maior do que o da merenda", disse a secretária da Educação do Maranhão, Maria do Socorro Raposo. Ela explicou que os problemas não se restringem ao atraso deste ano. No ano passado os livros prometidos para fevereiro só chegaram às escolas em setembro e com um agravante: grande parte foi endereçada para lugares errados. Até hoje estão no Maranhão caixotes de livros enviados para o estado do Norte, enquanto muitos municípios maranhenses não receberam um livro sequer.

O MEC prevê para este ano um gasto de mais de Cr\$ 900 milhões, a preços atuais, com o programa do livro didático - o correspondente ao gasto de apenas três meses de merenda escolar. (*Jornal do Brasil*, 4/2/92)

Bahia inaugura disque-matrícula

A Secretaria da Educação e Cultura da Bahia inaugurou, em 4 de fevereiro, o sistema Disque Informe-Matrícula, pioneiro no país, que fornecerá informações por telefone sobre matrícula na rede estadual de ensino. Segundo a secretária Dirlene Mendonça, o serviço (fone: 500-8488) tem como objeti-

vo evitar transtornos e tumultos nas portas dos estabelecimentos, informando previamente aos candidatos os locais e horários das matrículas nas 4,5 mil escolas públicas baianas. Além disso, informa os cursos oferecidos, vagas disponíveis, documentos necessários e currículos. (*A Crítica/AM*, 4/2/92)

Pais apóiam greve de professores do Rio

Márcia Foletto/O Globo



Erguendo uma banana, símbolo da campanha, professora vota pela greve na rede municipal

A greve dos professores municipais do Rio de Janeiro ganhou apoio de pais de alunos que, acompanhados pelos filhos, fizeram, em 14/2, uma passeata na Avenida Alvorada, Barra da Tijuca. Com cartazes e apitos, os manifestantes causaram um pequeno tumulto no trânsito, mas conseguiram a solidariedade dos motoristas. Diferentemente do que se costuma ver, os participantes do protesto eram todos membros da classe média, com

filhos em escolas públicas dos luxuosos condomínios da Barra.

No mesmo dia, reunidos em assembleia, cerca de quatro mil professores decidiram continuar em greve por tempo indeterminado. Diversos pais de alunos foram à assembleia manifestar apoio ao movimento que, segundo o Sindicato dos Profissionais da Educação (Sepe), teve a adesão de 75% da categoria na primeira semana.

O símbolo da campanha salarial é uma banana. O Sepe afirma que o governo "dá banana para a educação", pois com o valor da hora-aula o professor municipal compra apenas seis bananas. A reivindicação é a elevação do piso salarial de Cr\$ 182 mil para Cr\$ 387 mil. Os professores do estado, informou o Sepe, ganham menos que os do município e seu piso salarial é de Cr\$ 88 mil. (*Jornal do Brasil*, 15/2/92)

Calendário aumenta vagas em escolas do RS

O novo calendário escolar implantado neste ano, já permitiu um aumento de 17% nas matrículas das escolas estaduais gaúchas. Satisfeita com os resultados da proposta do governo estadual, que prevê o início do ano letivo em março, maio e julho, a secretária da Educação, Neusa Canabarro, observou, convicta, que "pela primeira vez, no Estado, não teremos alunos excedentes nas escolas da rede pública. O projeto já é vitorioso", disse a secretária, mulher do governador Alceu Collares (PDT).

No levantamento feito até agora pela Secretaria de Educação, 152.660 alunos já estão matriculados nas escolas públicas de 1º grau na capital gaúcha, contra as 127.335 matrículas do ano passado. Para o 2º grau já foram matriculados 36.717 que conseguiram frequentar a escola pública em 1991. (*Jornal do Brasil*, 8/2/92)

Professores do CE decidem paralisar

Em assembleia realizada em 5 de fevereiro, na sede do Sindicato Único dos Professores do Estado do Ceará, os trabalhadores em educação da rede estadual e municipal decidiram paralisar suas atividades. O ano letivo não terá início enquanto as reivindicações não forem atendidas.

Eles não receberam nenhuma resposta do governo do estado e da prefeitura quanto às reivindicações feitas em 10 de janeiro, entre as quais se encontram as reposições salariais, uma vez que há professores e funcionários recebendo menos que um salário mínimo. (*Diário do Nordeste/CE*, 6/2/92)

Empresários querem "mão-de-obra educada"

O empresário brasileiro está convencido de que "não há desenvolvimento possível sem mão-de-obra educada". Portanto, a indústria deve ampliar a sua participação na criação de um novo sistema educacional para o país. A opinião é do presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Paulo Cunha, também presidente do grupo Ultra.

Para discutir esse tema, o IEDI divulgou uma pesquisa intitulada *A nova relação entre competitividade e educação. Estratégias empresariais*. O trabalho, que foi encaminhado ao Ministério da Educação, propõe "deter a expansão do ensino técnico" e aumentar a carga horária de disciplinas básicas, como Português, Matemática, Língua Estrangeira, entre outras. (*Gazeta Mercantil/SP*, 11/2/92)

Venezuela

Governo recua e suspende censura

Diante dos protestos generalizados de jornalistas, políticos e entidades de classe o presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez suspendeu a rígida censura imposta aos meios de comunicação desde o fracasso da tentativa de golpe de estado desencadeada por jovens oficiais do Exército. A censura havia sido estabelecida com base na suspensão das garantias constitucionais, aprovada pelo Congresso a pedido do presidente Andrés Pérez. Baseado nessa medida, o governo, além de colocar censores nas redações de jornais, rádio e televisão, tem efetuado centenas de prisões de pessoas, inclusive civis, suspeitas de envolvimento no golpe.

O governo foi obrigado a recuar um dia depois que a polícia invadiu o jornal *El Nacional*, um dos mais importantes do país, no dia 10, com o objetivo de impedir que o jornal

circulasse com colunas em branco em sinal de protesto contra a censura. A ação policial gerou fortes protestos da opinião pública. Pérez havia justificado a censura como meio de evitar que os golpistas e principalmente seu líder, o tenente-coronel Hugo Chávez, aumentassem a popularidade que chegaram a desfrutar durante alguns momentos imeditamente após o golpe.

Confiança corroída - Os golpistas estiveram muito próximos do sentimento de descontentamento do povo. Há meses os venezuelanos protestam contra aumentos de preços e queda nos salários. Numa pesquisa realizada uma semana antes do golpe, 81% da população disseram ter pouca ou nenhuma confiança no presidente. (*Folha de S.Paulo*, 10/2/92 e *O Estado de S.Paulo*, 12/2/92)

O FMI e o golpe

O diretor do FMI Michel Candes negou uma possível influência da política econômica do FMI na tentativa de golpe. "Não vejo a mão invisível da entidade nesse caso", ironizou Candes, que se encontrava na Colômbia participando da 7ª Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

O Fundo Monetário Internacional não impõe custos sociais para suas políticas, argumentou Candes, embora admitisse que os programas de ajustes "acarretam sacrifícios para todos".

A política de duros reajustes econômicos prescrita pelo FMI foi apontada por analistas venezuelanos como uma das causas indiretas do golpe. (*Folha de S.Paulo*, 10/2/92 e *O Estado de S.Paulo*, 12/2/92)

Primeiras eleições primárias assustam Bush

O presidente George Bush sofreu uma derrota política no estado de New Hampshire, apesar de ter vencido o primeiro teste eleitoral para a escolha do candidato republicano às eleições presidenciais em novembro. Até a noite de quarta-feira, dia 18, as pesquisas de boca de urna indicavam uma vitória relativamente apertada de Bush sobre Patrick Buchanan, um jornalista conservador que pela primeira vez concorre a um posto eletivo.

Buchanan tem baseado sua campanha no slogan "Mande um recado a Bush", numa tentativa de

capitalizar o descontentamento do público americano com o desempenho da política econômica de Bush.

Parece que parte significativa dos republicanos de New Hampshire atendeu ao apelo, pois uma pesquisa da rede de TV ABC revelou que 52% dos eleitores que optaram por Buchanan não votaram a favor do jornalista, mas contra Bush.

As primárias de New Hampshire, por serem as primeiras no cronograma eleitoral americano, tradicionalmente tem tido o poder de influenciar o eleitorado de outros

estados. Desde 1952, quando Harry Truman perdeu as primárias democratas e renunciou à sua candidatura, nenhum candidato chegou à presidência sem antes ter vencido em New Hampshire.

Qualquer previsão sobre o futuro da candidatura Bush seria prematura neste momento. Entretanto, sua vitória apertada sobre Buchanan pode abrir as portas para outros líderes republicanos, que até agora estavam esperando um troço de Bush para entrar na corrida presidencial. (*Folha de S.Paulo*; *Jornal do Brasil* e *O Globo*, 19/2/92)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR — 52-636/87

